

**CENTENÁRIO PALÁCIO
DA JUSTIÇA**

16-01-2012

Senhoras, senhores.

A arquitetura pode ser vista como um dos modos de narração de nossa cultura. Com ela, escrevemos parte de nossa história. Arquitetura é, pois, linguagem, porque produz significação e sentido. É instrumento expressional. Torna eloqüente o silêncio das pedras. Isso é semiótica, a ciência das possibilidades da linguagem, nos seus infindos limites.

Nesse sentido, nosso Palácio da Justiça é, em si, uma estrutura simbólica, comunicacional, que preserva os fastos de nossa vida jurídico-política, como guardião de sua crônica, a par de ser, também, um colosso estético, marco do neoclassicismo mineiro, e, como tal, um referencial histórico.

No centenário de sua inauguração, cumpre-nos divisar o significado de sua presença na nossa

paisagem urbana, na nossa geografia sentimental, e, sobretudo, reconhecer o quanto sua feição apolínea conforma, amolda e adéqua a subjetividade de nosso espírito comum, enquanto filhos da civilização e da cultura das Minas Gerais, ao amor da liberdade, ao senso da ordem e à convicção do justo.

Em passado recente, a propósito de Palácios de Justiça, ocorreu-me citar Antoine Garapon, quando esse notável magistrado e publicista francês assinala que nenhum espaço coletivo é concebível sem uma cultura que lhe atribua uma expressão simbólica própria, que exprima seus valores com uma linguagem de pedra.

E quando acrescenta que o prédio da Justiça contribui a instituir a autoridade do juiz, entendida como capacidade de dar eficácia, materialmente, simbolicamente e intelectualmente à deliberação pública.

Assim se dá com o nosso Palácio da Justiça: os nomes de nosso antecessores, gravados em sua centenárias paredes, os quadros que os retratam, as esculturas que os figuram e as memórias de seus feitos se percebem como eflúvios, bálsamos de perenidade da lembrança de sua presença, que fazem remanescer em nós a autoridade moral e o traço intelectual deles. São como que permanentes sítios de lição e exemplo. Essa é a fonte inesgotável, que dá corpo e forma às nossas deliberações. Muito de nossa eficácia vem da força desse ilustre passado, carregado de autoridade moral.

A pedra não fala por si. Sua propriedade semiótica, sua elocução, sua natureza significante, vêm do rio de humanidade que, interminavelmente, perpassa-lhe e lha dá vida. Com isso, ela se torna linguagem. É o elemento humano

que a torna dialetizável, ao dar-lhe vida e voz. O rio de humanidade torna-se uma torrente de humanismo.

É por isso que nesta Casa centenária, sente-se uma como que densidade simbólica. É a sombra do passado, a acossar o presente, impelindo-o em seu rumo futuro. É um caudal irrefreável.

Neste prédio, ecoam vozes, esbatem-se angústias. Aqui, ressoam as noites insones do sem-número de julgadores, no seu ofício de distribuir a justiça.

Um Tribunal não é um paraíso. Ao contrário, é um espaço em que se enfrentam a tolerância e a intransigência, a razoabilidade e a insensatez, a civilidade e a barbárie, a logicidade e a incoerência, o direito, enfim, e tudo aquilo que o viola. É um campo de batalha de idéias, atitudes, e decisões, no qual se pretende que os humanos,

tocados de humanismo, possam triunfar e se desenvolver no mundo de cultura, que souberam criar, ao longo de sua história.

A sociedade humana apartou-se do mundo animal exatamente porque construiu o mundo da cultura. A vida é construção. Falo aqui em cultura não no sentido livresco, intelectual, mas na sua significação antropológica. Ao utilizar a mentes e as mãos – e mais recentemente as máquinas – o ser humano criou o mundo da cultura, no qual aprendeu a plantar, a construir, a navegar, enfim, a traçar os caminhos de sua satisfação material, moral, religiosa e política, é dizer, a elaborar, estabelecer e fazer valer os métodos de sua organização social.

Prédios, como este, cujo centenário de inauguração hoje celebramos, são criação cultural e interação, dialeticamente, com o elemento humano. Este lhes dá vida, por meio dos trabalhos que neles

desenvolve e da história que é resultante de toda ação humana; aqueles – os prédios – dão ao elemento humano o sentido de permanência, a confiança de duração no tempo, com sua solidez de pedra. É o senso de infinitude. A pedra desafia o tempo e conta a história dos homens.

Essa interação é fundamental no estabelecimento da paz e do progresso. O senso de infinitude diz com sentido da permanência. O que é infindo é dialetizável, é dizer, transforma-se infinitamente. A infinitude nos adverte de nossa pequenez, enquanto matéria de contínua transformação que somos, ao mesmo tempo nos concita a uma indômita luta de superação. A permanência nos conforta e ao mesmo tempo nos adverte que somente remanesceremos por meio de obras duráveis. É aí que a linguagem da pedra assoma-se e avulta-se.

Isso é parte da dialética do mundo da cultura.

A memória é um dos elementos de permanência do processo civilizatório. Com ela, tentamos perpetuar nossos feitos humanos. Este Palácio da Justiça tem a sua memória, tem o seu serviço de preservação memorial. Este prédio centenário permanecerá no exercício de sua linguagem de pedra, que é infinito, para dizer de nossa época, finita pela contingência humana, mas que há de perpassar a infinitude dos tempos, pela história, cujo sistema é um continuum. E são suas pedras o repositório dessa continuidade.

Este prédio, pois, é linguagem. Como tal, ele vive. É, também, história. Como tal, ele caminha no tempo.

Simbolicamente, este prédio caminha e vive, porque é fator de significação e sentido.

De certa feita, quando aqui julgava, o meu pai teve ocasião de observar que os antigos marcavam o correr dos tempos, assinalando os dias vencidos com pequenas pedras, que eram brancas, se o dia assinalado era de júbilo ou de vitórias.

Hoje é dia de júbilo. É dia de pedras brancas.

Obrigado.